

cescontexto

"Diferentes formas de dizer não"

Expressões de conflitos ambientais de mineração
e petróleo em Portugal e na América do Sul

Organização

Adriana Bravin

Lúcia Fernandes

Edição

Sara Rocha

Nº 17

Maio, 2017

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Agradecimentos

Queremos prestar os nossos agradecimentos a todos aqueles e aquelas que permitiram a concretização desta publicação e a realização do Seminário e Fórum público “Diferentes formas de dizer não: conflitos da mineração”.

Agradecemos a toda a equipa do Centro de Estudos Sociais, em particular, aos gabinetes de Eventos Comunicação e Imagem (GECI), de Tecnologias de Informação (GTI) e Gabinete Financeiro (GF) pelo apoio fundamental que prestaram.

Ao ENTITLE - Rede Europeia de Investigação de Ecologia Política, pelo apoio financeiro para a realização do evento.

À Stefania Barca e à Oficina de Ecologia e Sociedade, grupo de trabalho informal no CES, um lugar partilhado entre investigadores/as e estudantes do CES e da UC e ativistas ecologistas da região de Coimbra.

À Sofia Bento, do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS, Universidade de Lisboa) e ao Francisco Bernardes, do Centro de Tecnologia Mineral (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasil), investigadores no projeto exploratório Ambiente em Movimento, que tem como um dos enfoques os conflitos da mineração em Portugal.

À Ana Raquel Matos, investigadora do CES, pela coorganização do evento junto com as autoras desta publicação.

À Sara Rocha, mestranda da Universidade de Coimbra, pelo apoio na edição do número, nomeadamente, pelos comentários, por todo o trabalho de revisão dos textos e de formatação do documento e pela colaboração, em parceria, enquanto membro da Associação Coimbra em Transição, na organização de outros eventos no âmbito desta publicação.

À Adelaide Chichorro, professora auxiliar do Grupo de Estudos Germanísticos da Universidade de Coimbra, pelo apoio na revisão inicial de alguns dos textos.

À Julianna Malerba que generosamente “nos emprestou” o título do livro por ela organizado para batizar o evento que resultou na presente publicação. O livro “Diferentes Formas de Dizer Não - Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral”¹ foi publicado pela Organização Não-Governamental FASE, no Brasil, em dezembro de 2014.

Às pessoas que se disponibilizaram a participar com seus testemunhos e comunicações e partilhar as suas experiências e os seus trabalhos de investigação.

Agradecemos a adesão do público em geral ao evento e às iniciativas associadas que originaram esta publicação.

¹ Obra disponível em: <http://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/9420/>

Índice

Adriana Bravin e Lúcia Fernandes

Apresentação..... 5

I - Conflitos ambientais e a voz dos movimentos de luta contra a mineração e o petróleo em Portugal

Lúcia Fernandes

Mapear *diferentes formas de dizer não*: notas sobre a co-construção do conhecimento dos conflitos ambientais em Portugal..... 12

Associação Ambiente em Zonas Uraníferas

A AZU e a recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas em Portugal 25

António Minhoto

O caso das minas da Urgeiriça e a luta dos ex-trabalhadores da ENU 30

José Janela

Contra a exploração do urânio em Nisa: uma luta vitoriosa..... 34

Stephen Hugman, Dieter Malter, Mathilde Mira

Monchique diz não à mineração. “Salve Monchique de mãos gananciosas” 38

José Miguel Oliveira e Fátima Pinhão

A luta contra a ameaça de exploração de caulino em Bonitos (Soure)..... 46

Maria Teresa Aça de Matos

A formação da PALP no contexto da luta contra a exploração de petróleo no Algarve 56

II - Enquadramento e resistências das comunidades na América do Sul

Fabián Cevallos Vivar

Luchas territoriales: ecología política y comunidades en movimiento frente al Estado neo-extractivo..... 66

Rajiv Maher

Mineração no Brasil e no Chile: “responsabilidade social corporativa” ou “diálogo” para silenciar? 76

Adriana Bravin

Onde tem minério, tem água: o desastre tecnológico da Samarco (Brasil) e os conflitos da mineração além dos limites da comunidade 81

Verónica María Yuquilema Yupangui

Construyendo caminos de resistencia, de lucha y de vida: Desde Intag hasta Tundayme 94

Monchique diz não à mineração: “Salve Monchique de mãos gananciosas”

Stephen Hugman,¹ Dieter Malter,² Mathilde Mira,³ A Nossa Terra
info@anossaterra.org

Resumo: Uma proposta de prospeção e exploração de feldspato em Corte Grande e Carapitotas, uma área da Rede Ecológica Nacional (REN) e Rede Natura 2000, em Monchique, no Algarve, resultou em oposição por parte dos residentes e entidades locais. A concretização da exploração mineral prejudicaria o crescimento do turismo identificado como meio de desenvolvimento local. Juntaram-se residentes e entidades locais em ações de debate e sensibilização. Em 2013, foi organizado um abaixo-assinado. A Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia envolvidas e os Deputados na Assembleia da República pelo Algarve registaram assim a sua oposição e a imprensa local divulgou estas atividades. As atividades de prospeção não estão autorizadas no momento, mas há uma ameaça de que a atividade possa se iniciar no futuro.

Palavras-chave: Rede Natura; mineração; pedreira; Monchique, feldspato.

Antecedentes da mobilização

Além de ser habitada, a área de Picota, em Monchique, pertence à Rede Ecológica Nacional (REN) e à Rede Natura 2000. O Concelho abriga o maior sobreiro do Algarve (Árvores de Portugal, 2011) e espécies raras, como a águia de Bonelli e o lince-ibérico (Nabais, 2011). Contém as únicas nascentes termais do sul de Portugal. Natureza única (Malato Beliz, 1982) e seres humanos convivem neste território (Jenkins, 1979). A população da região inclui, além dos cidadãos naturais de Monchique, um número significativo de cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades que optaram por viver nesta zona por causa do seu património natural ainda bem conservado.

Durante os últimos 50 anos, houve o declínio da prática da agricultura de subsistência associada à produção florestal. O turismo termal existe desde o tempo dos romanos. A sua importância económica cresceu no século passado e, mais recentemente, foi complementado pelas atividades de turismo associado à natureza – um dos focos de desenvolvimento

¹ Stephen Hugman é presidente da associação “A Nossa Terra” e membro da direção desde 2002. Formado em química, especializado em engenharia da gestão hidrológica e gestão empresarial. Membro da LPN e APAIA. Ativo no programa de voluntariado pelo ambiente da APA-ARHA.

² Dieter Malter, alemão, residente em Monchique desde 1986, sócio da associação “A Nossa Terra”, tem formação como mecânico e atualmente trabalha como Webdesigner.

³ Mathilde Mira, sócia da associação “A Nossa Terra”, natural do Canadá, vive em Monchique desde a sua infância. Licenciou-se em Teatro pela Universidade de Évora, em 2015, e continua a fazer espetáculos teatrais. Mathilde Mira e Stephen Hugman não participaram do evento, mas contribuíram na produção deste texto que reflete a fala de Dieter Malter no evento.

socioeconómico do Algarve e do município. Agora existem mais de 29 empresas de alojamento local (CMM, 2015a) espalhadas pela serra. A Via Algarviana, uma Grande Rota Pedestre europeia, passa pelo concelho onde agora há mais de 400 km de veredas marcadas para passeios pedestres (CMM, 2015b).

A serra de Monchique abrange os dois pontos mais altos da região: a Fóia (902 metros) e a Picota (774 metros). A rica biodiversidade da serra resulta desta geologia única no Algarve, e é uma atração para o desenvolvimento do turismo de natureza. A geologia da serra inclui recursos de sienito nefelínico (Rock, 1982), que é uma importante rocha ornamental, e que há anos é explorada como um produto de alto valor, gerando subprodutos de valor acrescentado (Correia, 2016). Porém, a Picota também inclui rochas feldspáticas.

Origem do conflito

O feldspato é um minério relativamente abundante em Portugal, utilizado em vários ramos da indústria, principalmente na fabricação de vidros e cerâmica, e tem um valor económico relativamente baixo (Antunes, 2015). Em 1996, empresas alemãs e norte-americanas manifestaram interesse em iniciar a sua exploração na região e começaram os trabalhos no terreno sem o licenciamento prévio requerido.

Indivíduos que fizeram parte dos protestos na ocasião, lembram-se de que houve referência à emissão de um parecer oficial, considerando a exploração mineral uma questão de interesse nacional (Donn, 2011b) como forma de não haver a necessidade de licenciamento para esta atividade. Entretanto, os partidos políticos representados na Assembleia Municipal questionaram o projeto e o autarca, na ocasião, também se mostrou contrário, tendo procedido ao embargo das obras (Jornal de Monchique, 2016). Nesse ano, durante a campanha contra esta pedreira, foi organizado um encontro público na Casa de Povo de Monchique, com a presença de 49 pessoas, que decidiram fundar uma associação ambiental “A Nossa Terra”. A associação protestou contra a atividade de exploração de feldspato e tem vindo a denunciar a extração ilegal de pedras na serra, além de outras atividades, tal como a descarga ilegal de efluentes (A Nossa Terra, 2016).

Os planos de desenvolvimento económico regional, PROTAL (CCDR, 2007) e municipal, (Plano Director Municipal de Monchique, 2008), não consideram a extração de feldspato. A visão do desenvolvimento socioeconómico da serra de Monchique é focada nas temáticas da floresta, agricultura e turismo de natureza. A designação da zona como área de Natura 2000, Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional reforça estas opções.

Em 2010 ocorreu uma nova tentativa de exploração mineral, localizada também em Picota. Deram entrada na Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) dois pedidos de licenciamento de pesquisa de feldspatos, numa área de 1,6 km² situada na Corte Grande (mais propriamente, na encosta sul de Picota, entre a Fornalha e o Alto de Baixo) em favor da empresa Felmica Minerais Industriais; seguido logo depois por outro em nome da empresa Sifucel Sílicas S.A., para 1,0 km² da zona de Carapitota.

A resposta: a sociedade mobiliza-se

Houve publicação de um edital no Diário da República em janeiro de 2011 (Portugal, 2011), e o prazo para apresentação de objeções à proposta foi de 30 dias. Os moradores afirmaram que o projeto parecia ter surgido do nada e temiam que fosse um facto já consumado (Donn, 2011a).

Uma parte significativa da população residente na serra não acredita que o projeto proposto possa trazer benefícios locais (Portugal, 2011). Os cidadãos alegam que a mineração descaracterizaria Monchique, ao envolver uma área muito extensa, além de causar poluição e danos para as pessoas e animais que vivem na área (Marques, 2011). Porém, a principal preocupação que exprimem contra a atividade é com a preservação dos aquíferos, pelos quais a região de Monchique é conhecida há séculos. Muitas famílias no local não têm acesso à rede de água potável e as fontes naturais são a única possibilidade que dispõem para obtenção de água (Port, 2011). O sistema de água da povoação de Alferce é também abastecido por fontes de água provenientes de perto de Carapitotas, tendo o Presidente da Comissão de Moradores de Alferce alertado sobre o risco de poluição dos aquíferos e de destruição dos caminhos rurais pela passagem frequente dos camiões que transportariam o mineral (Palma, 2011; Donn, 2011b).

Residentes que seriam diretamente afetados pelas pedreiras propostas juntaram-se à associação ambiental “A Nossa Terra” para impedir de forma mais eficaz o início da exploração de feldspato (anteriormente, muitos dos residentes da serra já eram associados). “A Nossa Terra” organizou uma reunião pública no dia 16 de abril de 2011 na Casa de Povo de Alferce, com a presença dos Presidentes da Câmara de Monchique e da Junta de Freguesia do Alferce, bem como da associação ambiental A Rocha.

Foi criada uma petição *on-line*, intitulada “Salve Monchique de mãos gananciosas”, que solicitava à Comissão Europeia que realizasse uma investigação preliminar sobre os vários aspetos do problema e que obteve duas mil assinaturas entre os seis mil habitantes do concelho (Correio da Manhã, 2011). A Comissão Europeia respondeu em 2016. Centenas de reclamações foram também dirigidas pelos residentes à DGEG, para que vetasse o projeto de prospeção mineral. Foram enviados também comunicados à imprensa e distribuídos panfletos (Donn, 2011a e b). As iniciativas populares contaram com apoio do autarca local, que prometeu recorrer a todos os meios legais para impedir o projeto e proteger o ambiente (Palma, 2011; Donn, 2011b). Quatro dos partidos políticos no Algarve com representação na Assembleia da República, o Partido Social Democrático (PSD), Partido Socialista (PS), Bloco Esquerda (BE) e Partido Comunista Português (PCP), tomaram posição contra o licenciamento. Deputados do PCP, Os Verdes (PEV) e do PSD apresentaram várias perguntas na Assembleia da República (PCP- ORA, 2011; PEV, 2011; GPPSD, 2011).

Sessão Pública de Esclarecimento
**EXPLORAÇÃO DE FELDSPATOS
 NO CONCELHO DE MONCHIQUE**
 23 Junho 2011 às 15h00
 Caixa Agrícola de Monchique



Imagem 1. Cartaz de divulgação da sessão de esclarecimento na Caixa Agrícola de Monchique, 23 de junho de 2011.



Imagem 2. Sessão de esclarecimento sobre a exploração de feldspatos em Monchique, a 23 de junho de 2011.

Ambas, a Câmara e a Assembleia Municipal de Monchique, adotaram moções contra o licenciamento das pesquisas do feldspato. A Assembleia Municipal organizou uma sessão de esclarecimento com a presença do Diretor da DGEG, na Caixa Agrícola de Monchique no dia 23 de junho de 2011 (Imagem 1). Na sessão (Imagem 2), empresas locais de turismo apontaram a possibilidade de haver menos oportunidades de emprego no setor para Monchique, caso os planos de exploração mineral fossem aprovados, colocando em risco uma fatia da paisagem rural intocada da vertente sul de Picota. Quase três milhões de metros quadrados da encosta poderiam vir a ser escavados, comprometendo o abastecimento de água da área, ao reduzir e contaminar as cinco principais linhas de água, além de provocar poluição sonora e atmosférica, destruição da flora e fauna, o que, indiretamente, elevaria os riscos de incêndio (Donn, 2011b). Ao ser contraposto sobre o temor da população, o porta-voz do grupo Mota assegurou que o projeto não afetaria o ambiente e que a empresa estava a estudar o que seria viável dentro dos regulamentos da Rede Natura 2000, de modo a minimizar qualquer dano para o ambiente. Afirmou igualmente que as pessoas não deveriam ficar assustadas, pois o projeto só avançaria com aprovação de todas as partes: moradores, Câmara e Juntas de Freguesia (Portugal, 2011). Por sua vez, o autarca de Monchique temia que o Governo estivesse a ser alvo de pressões de lóbis para que a exploração de feldspato avançasse no concelho.

Atualização do caso

Entre 2011 e 2014 não houve desenvolvimentos. Em 2014, um representante da DGEG observou que os projetos estavam com pouca prioridade porque “não se enquadraram nos padrões estabelecidos”. Porém, verificou que um dos operadores, a SIFUCEL, procurava ajustar o seu projeto a estes padrões, que incluem a redução da área total (Portugal Resident, 2014).

Em outubro de 2015, a SIFUCEL iniciou a remoção de terra e pedras em Carapitotas sem licença (Imagem 3). Residentes, incluindo associados da associação “A Nossa Terra”, reclamaram às autoridades. A Junta de Freguesia apresentou uma moção de protesto na

Assembleia Municipal, que foi aprovada por unanimidade (Jornal de Monchique, 2016). A Comissão para a Coordenação e Desenvolvimento do Algarve (CCDR) e a Câmara Municipal de Monchique embargaram a obra. Em fevereiro 2016, preparavam-se novas remoções, também impedidas pelo Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA) (Costa, 2016; Donn, 2016).

Posteriormente, representantes da associação “A Nossa Terra” participaram no evento sobre conflitos da mineração no dia 2 de fevereiro de 2016. Até maio de 2016 ainda não se encontrava emitido o licenciamento das pesquisas, mas uma parte do terreno já foi adquirido pela empresa SIFUCEL.

Conclusão

Os pedidos de licenciamento para pesquisa e potencial exploração de feldspato na Picota, parte da Serra de Monchique, não tiveram em conta a posição da comunidade local, nem a planificação territorial e os modelos de desenvolvimento socioeconómico selecionados localmente. Além disso, existe uma descoordenação entre os processos de planificação local e regional deste território e o processo central de planificação do desenvolvimento da indústria mineira, que é efetuado centralmente.

Esta falta de coordenação e a falta de abertura e de espaços para a participação dos diferentes atores locais no processo decisório resultou num conflito entre as empresas de mineração e a população, associações e instituições locais. O conflito podia ter sido evitado se os planos de desenvolvimento mineral estivessem coordenados com os planos locais e regionais – um processo que tem tido lugar em outros planeamentos setoriais, tal como da Natura 2000, REN, RAN, e Floresta – e se tivesse havido lugar à participação de todos.

Neste caso, o assunto foi resolvido temporariamente, com o não avanço da exploração fruto de uma reação da população residente, das associações locais e do trabalho dos seus representantes eleitos nas Freguesias, no Município e na Assembleia da República. Porém, até que haja uma alteração da Lei referente à extração mineral, as autoridades centrais continuarão a planear o desenvolvimento desta indústria sem participação das autoridades regionais e locais, das populações afetadas e sem coordenação com os outros planos de desenvolvimento. Uma receita para novos conflitos no futuro!



Imagem 3. Obras sem licença em Carapitotas, outubro de 2015.
Fonte: A Nossa Terra.

Referências bibliográficas

A Nossa Terra (2016), “Historial da associação”. Página consultada a 22.05.2016, disponível em <http://anossaterra.org/sobre/historical-da-associacao>.

Antunes, Fábio (2015), *Caracterização de um depósito de quartzo e feldspato. Casal do Frade (Arganil)*. Tese de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências da Terra. Versão eletrónica consultada a 22.5.2016, disponível em https://www.researchgate.net/publication/299337475_Caracterizacao_de_um_deposito_de_quartzo_e_feldspato_Casal_do_Frade_Arganil_Areias_Quartzo_Feldspato_Geofisica_Modelacao_3D.

Árvores de Portugal (2011), “Pedreira Ameaça o Maior Sobreiro do Algarve – Carta da AP à Direção Geral de Energia e Geologia”. Página consultada a 22.5.2016, disponível em <http://www.arvoresdeportugal.net/2011/05/pedreira-ameaca-o-maior-sobreiro-do-algarve-carta-da-ap-a-direccao-geral-de-energia-e-geologia/>.

Câmara Municipal de Monchique (2015a), “Empreendimentos Turísticos de Monchique”. Página consultada a 27.04.2016, disponível em <http://www.arcgis.com/apps/StorytellingTextLegend/index.html?appid=6afeacd386b346b7ae3510a02508cff7>

Câmara Municipal de Monchique (2015b), “Veredas de Monchique”. Página consultada a 27.04.2016, disponível em <http://pt.wikiloc.com/wikiloc/user.do?id=893982&from=0&to=10>.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2007), “Download de documentos: PROT Algarve -Versão aprovada em Conselho de Ministros - 24 maio 2007”. Página consultada a 22.05.2012, disponível em <http://www.prot.cedr-alg.pt/Download.aspx>.

Correia, Victor (2016), “VALEMON - Valorização Económica e Ambiental do Maciço Alcalino de Monchique”. Consultado a 26.10.2016, disponível em http://www.cima.ualg.pt/piloto/cimaualg_old/VALEMON/.

Correio da Manhã (2011), “Monchique: Petição contra minas. Página consultada a 22.05.2016, disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugal/detalhe/monchique-peticao-contra-minas.html>.

Costa, Nuno (2016), “Rui André diz que manda prender quem fizer prospeção de feldspato sem autorização”, *Sul Informação*, 18 de fevereiro, 2016. Versão eletrónica, consultada a 22.05.2016, disponível em <http://www.sulinformacao.pt/2016/02/ru-andre-diz-que-manda-prender-quem-fizer-prospecao-de-feldspato-sem-autorizacao/>.

Grupo Parlamentar Partido Social Democrata (2011), “Mendes Bota questiona o Governo sobre exploração de feldspato em Monchique”. Página consultada a 22.05.2016, disponível em http://www.psd.parlamento.pt/news_v.asp?id=2242&dossier=0.

Donn, Natasha (2011a), “Projeto mineiro em Monchique enfurece residentes”, *Jornal Algarve 123*, edição 665, 16 de fevereiro de 2011.

Donn, Natasha (2011b), “Guerra ambiental em Monchique”. *Jornal Algarve 123*, edição 667, 2 de março de 2011.

Donn, Natasha (2016), “GNR closes down unauthorised activity on Monchique ‘feldspar site’”, *Jornal Portugal Resident*, 17 de fevereiro, 2016. Página consultada a 22.05.2016, disponível em <http://portugalresident.com/gnr-closes-down-unauthorised-activity-on-monchique-%E2%80%98feldspar-site%E2%80%99>.

Jenkins, Robins (1979), *Morte de uma aldeia portuguesa*. Lisboa: Quercó, Coleção Conhecer Portugal.

Jornal de Monchique (2016). “Moções contra portagens e exploração de feldspato aprovadas em assembleia municipal”. Versão eletrónica, consultada a 22.05.2011, disponível em <http://www.jornaldemonchique.pt/index.php/2016/01/18/mocoes-contraportagens-e-exploracao-de-feldspato-aprovadas-em-assembleia-municipal/>.

Malato Beliz, J. (1982), *A Serra de Monchique: Flora e Vegetação*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.

Marques, José Carlos (2011), “Preservar a Serra de Monchique”. Página consultada a 22.05.2016, disponível em <https://mail.uevora.pt/pipermail/ambio/2011-February/019053.html>.

Nabais, Ricardo (2011), Serra de Monchique preservar e desfrutar, *Blogue Floresta do Interior*. Página consultada a 22.05.2016, disponível em: <http://florestadointerior.blogspot.pt/2011/02/serra-de-monchique-preservar-e.html>.

Palma, A. (2011), “População não quer pedreiras”, *Correio da Manhã*, 24 de fevereiro, 2011. Versão eletrónica, consultada a 22.05.2016, disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugal/detalhe/populacao-nao-quer-pedreiras.html>.

Partido Comunista Português – Organização Regional do Algarve (2011). *Exploração de feldspato em minas a céu aberto em plena Serra de Monchique - Comunicado de Imprensa*. Página consultada a 22.5.2016, disponível em <http://www.algarve.pcp.pt/index.php/assembleia-da-republica/72-comunicados-de-imprensa/354-exploracao-de-feldspato-em-minas-a-ceu-aberto-em-plena-serra-de-monchique>.

PEV - Partido Ecologista “Os Verdes” (2011). *Monchique - exploração de feldspato em zona protegida motiva pergunta de “Os Verdes” na Assembleia da República*. Comunicados 2011. Página consultada a 22.5.2016, disponível em <http://www.osverdes.pt/pages/posts/monchique-exploracao-de-feldspato-em-zona-protegida-motiva-pergunta-de-93os-verdes94-na-assembleia-da-republica-650.php?p=100>.

Plano Diretor Municipal de Monchique de 5 de novembro. Diário da República nº 215/2008, II Série. Câmara Municipal de Monchique.

Port, Len (2011), An environmental battle looms in the Monchique hills, *Portugal Newswatch*, 13 de fevereiro, 2011. Página consultada a 22.05.2016, disponível em http://algarvenewswatch.blogspot.pt/2011_02_01_archive.html.

Portugal Resident (2014), “Portuguese mines attract Chileans”, *Portugal Resident*, 17 de Abril, 2014. Página consultada a 22.05.2016, disponível em <http://portugalresident.com/portuguese-mines-attract-chileans>.

Portugal: Ambiente em Movimento (2016), *Monchique diz não à mineração: «Salve Monchique de mãos gananciosas»*. Página consultada a 22.05.2016, disponível em <http://www.ambientemovimento.org/#!/feldspato/cjou>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 21 de julho. Diário da República, I Série, N.º 139. Presidência do Conselho de Ministros.

Rock, Nicholas (1982), Chemical mineralogy of the Monchique alkaline complex, Southern Portugal, *Contributions to mineralogy and petrology*, 81(1), 64-78. Versão eletrónica consultada a 01.03.2017, disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/BF00371160>.